

# Padres e índios em Mato Grosso

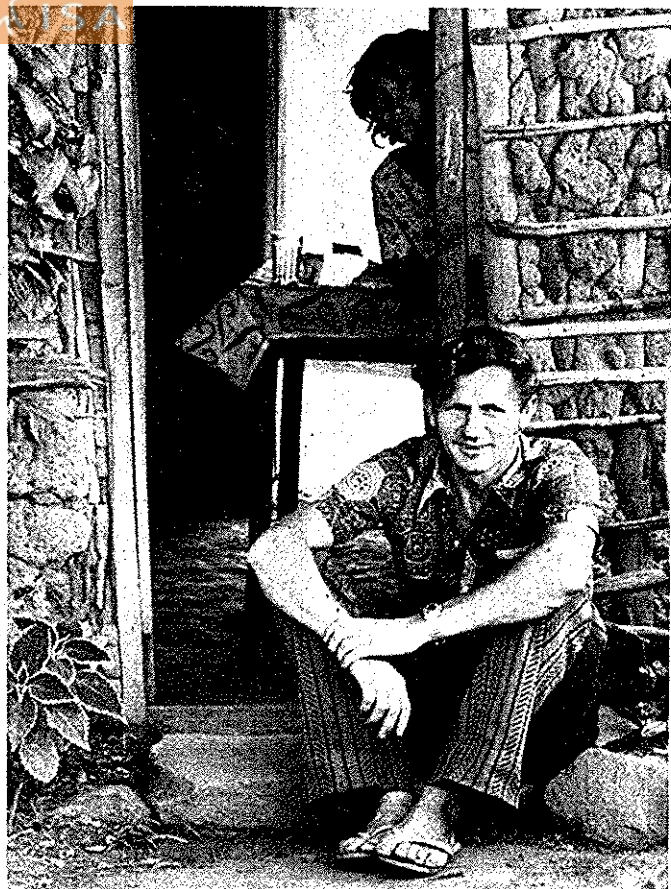
*De sete anos para cá, missões catequéticas à antiga começaram a ceder lugar a missionários preocupados, por exemplo, com os direitos dos índios a terras e à sua própria cultura. A repórter Eliane Catanhede, de VEJA, realizou com o fotógrafo Marcos Santilli uma viagem de nove dias pelo centro-oeste do Mato Grosso e documentou, numa das áreas brasileiras mais representativas, a atual convivência de índios e padres. Seu relato:*

**A** beira da poeirenta estrada Cuiabá—Porto Velho, a mais de 400 quilômetros a noroeste da capital do Mato Grosso, espalham-se as oito aldeias dos orgulhosos parecis. Separam-se umas das outras por alguns poucos quilômetros de matas e a maior delas — ao lado da qual funciona uma pequena venda e um modestíssimo restaurante de brancos, para servir aos viajantes da BR-364 — exerce as funções de uma espécie de capital daquela nação de 400 habitantes. Ali reina o lacônico e mal-humorado João Aesumaré, 44 anos, líder do grupo, envergando roupas semelhantes às de qualquer fazendeiro da região e ostentando um vistoso par de óculos de grau.

Essa aldeia maior dos parecis foi a escolhida pelos índios para guardar um troféu que eles usurparam de uma fazenda vizinha em novembro passado — um trator de lavoura, agora repousando silencioso sob uma cobertura de “Brasilit”, como castigo a seus donos por terem lavrado terras que eles, parecis, consideram como suas. Alguns fazendeiros da área, naturalmente dos parecis, lançam a culpa do incidente sobre o padre jesuíta e antropólogo Adalberto Holanda Pereira — solitário habitante de uma casa a três quilômetros da aldeia e homem que procura mesclar seus dois ofícios, de religioso dedicado ao serviço dos índios e de cientista interessado em estudá-los. Mais uma vez, como tem ocorrido repetidamente nos últimos anos, um membro da Igreja Católica se via no centro de uma disputa envolvendo índios — área da ação pastoral que tem fornecido copioso material de divergência para as relações Igreja-Estado.

É verdade que o padre Adalberto dedicou-se, por vários anos, a orientar os parecis sobre a possibilidade de trabalharem por maior autonomia cultural em relação ao homem branco e a lutarem pela defesa de seu território. No entanto, o sacerdote jesuíta dificilmente poderia ser considerado inspirador de atos espetaculares como o seqüestro do trator. Os próprios parecis dão conta desse distanciamento. “Quando índio tem problema de terra e procura Funai, Funai manda índio para padre e padre manda índio para Funai”, depõe o chefe Aesumaré, que de uns tempos para cá prefere agir mais à sua moda, aparentemente insatisfeito com as pregações moderadas do religioso.

**Índios nas repartições** — De qualquer modo, parece que o longo trabalho do jesuíta pela emancipação dos parecis surtiu efeitos entre a comunidade indígena. Hoje, eles já são capazes não apenas de reivindicar direitos que julgam possuir, mas também costumam encaminhar seus pedidos pela malha burocrática do poder público com invejável eficiência. Gestões burocráticas precederam, por exemplo, o episódio de seqüestro do trator. Depois de avisarem os lavradores da fazenda que deviam abandonar a área, os índios procuraram inicialmente a 5.ª Delegacia Regional da Funai, em Cuiabá, no princípio de novembro. Como não obtivessem qualquer resultado — a repartição chegou a expedir um ofício autorizando a permanência dos lavradores —, os parecis decidiram dirigir-se à autoridade mais alta, no caso o próprio



MARCOS SANTILLI

Padre Renato: sem tempo para rezar

general Ismarth de Oliveira, presidente da Funai. E, após extenuante viagem rodoviária, uma delegação de parecis desembarcou em Brasília, capitaneada pelo bem vestido Aesumaré, mas assessorada pelos talentos verbais do índio Daniel Matenho Cabixi, o mais instruído da comunidade.

A expedição obteve sucesso total. Bem recebidos pelo general Ismarth de Oliveira, os parecis conseguiram obter do presidente da Funai a confirmação oficial de que têm todo o direito às terras que reivindicaram. De volta às aldeias, os índios se impacientaram, porém, com a escassa disposição dos ocupantes da reserva em abandoná-la — e, só então, partiram para uma providência mais belicosa. Em nenhuma fase do episódio contaram porém com a participação de seu antigo instrutor, o padre Adalberto. Mesmo porque nos últimos meses o religioso esteve proibido de entrar nas suas aldeias. Aesumaré, ao que tudo indica, não o vê com bons olhos: “Padre não ajuda, só quer dar cabeça a índio”.

**Nova política** — No fundo, o isolamento a que se viu degradado o religioso talvez resulte de sua própria orientação, no sentido de incentivar os índios a evoluírem por si próprios e através de seu caminho natural. Tal filosofia, na verdade, preside a ação dos novos missionários católicos no Brasil desde fins da década passada. A 820 quilômetros a noroeste de Cuiabá — o dobro da distância entre a capital e as aldeias parecis —, a antiga sede da Missão Anchieta de Utiariti, dos jesuítas, representa um ilustrativo exemplo da grande mudança da política indigenista adotada pela Igreja nos anos 70.

Reduzida hoje a um pequeno aglomerado de casas praticamente desabitadas, numa clareira da selva mato-grossense, Utiariti concentrou durante cerca de 20 anos centenas de índios de várias tribos. Sob a bem intencionada orientação

dos jesuítas e de freiras da ordem das Irmãs de Imaculada Conceição, os índios lá viviam para serem “integrados à vida civilizada”, através de processo de aculturação hoje criticado pela própria Igreja. Das cinco casas maiores construídas inicialmente pelos religiosos, uma chegou a transformar-se em internato para índias e outra em hospital. Em 1969, de acordo com os cálculos aproximados dos jesuítas, a Missão contava com 250 índios canoeiros, caiabis, apiacás, parecis, iranches e nhambiquaras — além de uma dúzia de missionários entre padres e freiras. Atualmente, os missionários se reduzem a um padre, duas freiras e dois irmãos. E os índios, que começaram a retornar às suas tribos desde o princípio deste ano, quase desapareceram por completo.

Alguns missionários, no entanto, atêm-se à antiga orientação. Numa pequena aldeia de canoeiros, localizada pouco ao norte de Utiariti, às margens do rio Juruena, os índios se apresentam, por exemplo, em calças compridas, camisas, saias e blusas, falam português corrente com os missionários — um padre e duas freiras — e vivem segundo normas impostas pelos religiosos. Com seus filhos os ensinamentos ganham ainda maior alcance. As crianças frequentam a pequena escola da aldeia, em cujas precárias instalações se familiarizam com a língua dos religiosos e as operações rudimentares de aritmética — conhecimentos que, supõe-se, encontrarão escassa possibilidade de aplicação numa aldeia perdida no interior da mata amazônica.

**Terras em troca de presentes** — De todo modo, parece não ser necessário despojar os indígenas de suas características para presentear-los com alguns benefícios inegáveis da cultura branca. E a melhor prova disso, argumentam missionários, surgiu do contato do jesuíta Thomaz de Aquino Lisboa com os arredios meinkis. Das poucas presenças de fora toleradas por esses índios, padre Thomaz os acompanha há três anos, morando com eles durante alguns períodos, em terras ao norte de Utiariti, entre os rios Juruena e Papagaio. O religioso faz questão de não intervir nas manifestações peculiares à cultura meinki — tais como crenças, mitos, língua, indumentária. Iniciou-os, no entanto, no hábito de cultivar arroz, feijão, batatas e frutas, para enriquecer-lhes o sustento. Em relação à sua própria aparência, padre Thomaz tentou caminhar no sentido a seu ver menos chocante para os índios, deixando os cabelos bem compridos e enfeixando-os com uma vistosa faixa indígena.

Em 1974, entretanto, durante uma de suas ausências da tribo, os índios foram convencidos por dois fazendeiros da região que ocupavam terras pertencentes à fazenda. E, em troca de algumas dezenas de sacos de arroz, açúcar e farinha — conforme denúncia que padre Thomaz apresentou ao governo na época — afastaram-se em direção a oeste, para terras menos cobiçadas. A denúncia resultou em processos na Justiça Federal e os meinkis acabaram favorecidos por sentença que lhes garantia a posse legal de 10 000 hectares às margens dos rios Sangue e Papagaio, na mesma região que anteriormente ocupavam. O padre Thomaz vive atualmente com eles, para desgosto dos fazendeiros, os irmãos Maurício e Benedito Tenuta, que desde então passaram a espalhar a notícia de que um agitador estaria infiltrado entre os meinkis — e assim, no mais clássico estilo dos conflitos desse tipo em Mato Grosso, nasceu mais um problema envolvendo a Igreja no universo indígena. O problema de terras, na verdade, não se limita às áreas da região habitadas por índios. De forma bem mais grave, ele eclode entre posseiros e fazendeiros, conforme o padre Renato Barth, 37 anos, vigário de Diamantino, uma das maiores cidades da região. Desde que chegou ali, há dois anos, padre Renato luta sem descanso contra as perseguições e violências sofridas por posseiros. “Aqui em Diamantino”, comenta ele, “não se tem muito tempo para rezar.”